



Senado aprova fim da participação obrigatória da Petrobras no pré-sal

Moreira Matiz/Agência Senado



Proposta, que agora vai para a Câmara, derruba exigência de que a estatal atue, com pelo menos 30% de participação, em todas as operações de exploração

O projeto que acaba com a obrigação de a Petrobras participar de todos os consórcios para exploração do petróleo do pré-sal foi aprovado ontem pelo Senado, após seis horas de discussão no Plenário. O substitutivo de Romero Jucá a proposta de José Serra vai agora para a análise dos deputados. Pelas regras atuais, a estatal deve atuar como operadora única dos campos da camada do pré-sal, com participação de

pelo menos 30%. É ainda responsável por conduzir e executar, mesmo que indiretamente, todas as atividades de exploração, produção, avaliação e desenvolvimento. O texto aprovado, fruto de acordo entre partidos, mantém a preferência da Petrobras, permitindo que a empresa escolha se vai ou não participar da exploração dos campos oferecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética. **3**

Renan Calheiros (à mesa) conduz a sessão que votou novas regras para a Petrobras na exploração do pré-sal

Vai ao Plenário PEC que fixa mandato de 10 anos no STF **4**

Carro pode ter de manter farol aceso de dia em estrada **6**

Avança incentivo à geração de energia renovável **8**

Educadores querem mudar proposta de base curricular **7**

Regulamentação de empresa júnior passa em comissão **5**

Parecer apoia projeto sobre fundo de pensão **4**

Senadores discutem hoje combate a epidemia de zika **2**



Roque Sá/Agência Senado

Além da sala da comissão, outras quatro foram abertas para receber os bolsistas

Congresso quer evitar cortes na formação de professores

Debate na Comissão de Educação reuniu senadores e deputados em defesa de programa de iniciação à docência no ensino básico de escolas públicas. Bolsistas temem que cor-

tes no orçamento do governo eliminem 45 mil das 90 mil bolsas oferecidas hoje pelo programa. Os parlamentares vão discutir o assunto com o MEC na próxima semana. **7**

CPI: deputado denuncia desvio de próteses no Rio de Janeiro

As cirurgias ortopédicas desnecessárias caíram mais de 50% após CPI da Câmara ter investigado irregularidades em implantes de órteses e próteses, disse o deputado Dr. João.

Ele foi vice-presidente da comissão e denunciou problemas no Rio de Janeiro. A CPI das Próteses do Senado tentará convocar pessoas que se recusaram a depor aos deputados. **6**



Roque Sá/Agência Senado

Presidindo a CPI das Próteses, Malta ouve Dr. João sobre investigação na Câmara

Caso Delcídio terá novo relator no Conselho de Ética

O conselho aceitou o pedido de Delcídio do Amaral, que argumentou que o primeiro relator não seria imparcial por integrar o bloco partidário de um dos signatários do pedido de cassação. **2**



Ana Volpe/Agência Senado

João Alberto, presidente do conselho, diz que relator será escolhido quarta

Gurgacz mantém aprovação das contas do governo

O senador Acir Gurgacz entregou relatório final sobre as contas do governo de 2014. Ele se manteve favorável à aprovação com ressalvas, contrariando parecer do TCU, que recomendou a rejeição. A Comissão Mista de Orçamento votará o texto do relator. **5**

Conselho de Ética trocará relator do caso Delcídio

Decisão atendeu defesa apresentada pelos advogados do senador, que argumentaram que o relator inicialmente indicado faz parte do mesmo bloco partidário de um dos signatários do pedido de cassação

O CONSELHO DE Ética do Senado aceitou ontem o pedido da defesa de Delcídio do Amaral (PT-MS) e escolherá outro relator para o processo, em substituição a Ataídes de Oliveira (PSDB-TO). O sorteio do novo relator será na quarta.

Os advogados de Delcídio argumentaram que Ataídes não poderia ser o relator por pertencer ao mesmo bloco partidário do líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), um dos apoiadores da representação contra o senador do PT. Segundo eles, a Ataídes faltaria imparcialidade.

De acordo com o presidente do Conselho de Ética, João Alberto Souza (PMDB-MA), a mudança evita questionamentos judiciais. Ele negou que a substituição tenha o propósito de atrasar o processo.

— Por que protelatória? Se é para anular amanhã, achei de bom alvitre aceitar o im-



João Alberto preside reunião em que Conselho de Ética decidiu trocar relator

pedimento e submeter aos membros do conselho.

Ataídes se queixou do afastamento, mas afirmou que o conselho é soberano.

— Gostaria, sim, de continuar à frente da relatoria. Seria um relatório técnico, e não político.

Tão logo receba a defesa

prévia já entregue por Delcídio, o novo relator terá cinco dias úteis para apresentar o relatório preliminar. O Conselho de Ética terá outros cinco dias úteis para fazer a análise inicial do mérito da representação. Os senadores decidirão se há indícios de prática que possa sujeitar à perda do mandato.

Na defesa, Delcídio alegou que a prisão preventiva foi inconstitucional e que as provas foram obtidas ilegalmente. O senador foi preso em novembro por suspeita de obstrução da Operação Lava-Jato, que investiga corrupção na Petrobras. Na sexta-feira, ele foi liberado.

Humberto será líder do governo na Casa

Humberto Costa (PT-PE) será o novo líder do governo no Senado. Ele substituirá Delcídio do Amaral.

A indicação foi lida ontem pelo presidente do Senado,

Renan Calheiros:

— A indicação de líder é uma tarefa indelegável do Executivo. Humberto Costa reúne condições para fazer um grande trabalho.

Franco é eleito vice da Comissão de Assuntos Sociais

O senador Ricardo Franco (DEM-SE) foi eleito ontem, por aclamação, para o cargo de vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Desde novembro, o senador substitui Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que na ocasião se licenciou da Casa para assumir cargo de secretária municipal da Família e da Assistência Social de Aracaju. Desde então,

a vice-presidência da CAS estava vaga.

Ricardo Franco é o primeiro suplente da senadora.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), agradeceu o apoio dos colegas à escolha para a vice-presidência da CAS e destacou que Ricardo Franco é “um jovem talentoso e competente”.

O presidente da comissão é Edison Lobão (PMDB-MA).



Ricardo Franco, que sucede Maria do Carmo na vice-presidência da CAS

Vanessa quer aprovação de cota para mulher na política

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou no Plenário o 84º aniversário do voto feminino no país e cobrou medidas para aumentar a participação feminina na política.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, foram eleitas 7.010 vereadoras e prefeitas nas eleições de 2008 — 12% do total de eleitos.

A senadora defendeu a aprovação da PEC 98/2015, que estabelece cota mínima de gênero nas vagas das câmaras municipais, das assembleias legislativas e da Câmara dos Deputados. Na primeira eleição após a promulgação da proposta, a cota será de 10%; na seguinte, de 12%; e na última, de 16%.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Esporte terá atenção especial do Senado, afirma Romário

Romário (PSB-RJ) fez ontem um balanço da sua atuação e dos trabalhos da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) em 2015, da qual é presidente. Ele avaliou que em 2016 o esporte terá a atenção do Senado, por ser o ano em que o Rio sediará as Olimpíadas.

Romário citou o ciclo de debates da CE sobre o legado das Olimpíadas.

— Qual o destino das bilionárias instalações? Há programa para que os espaços sejam ocupados por atletas, jovens e população em geral? De quem será a responsabilidade para conservar as instalações olímpicas e paralímpicas?

Romário disse ainda que vai continuar a sua luta na defesa das pessoas com deficiência.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Plenário avalia hoje dimensões da epidemia do vírus Zika

O Plenário faz hoje, às 11h, um debate temático sobre as reais dimensões da epidemia do vírus Zika e os meios para conter a propagação do mosquito *Aedes aegypti*.

O debate foi proposto por Lasier Martins (PDT-RS).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a zika pode afetar entre 3 e

4 milhões de habitantes das Américas.

O *Aedes aegypti* é transmissor também da dengue, da febre amarela e da chicungunha. Apenas no ano passado, 1,6 milhão de brasileiros foram vítimas da dengue.

Veja abaixo como acompanhar o debate e participar dele

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CRA Controle de zoonose

8h Audiência pública na Comissão de Agricultura sobre a implementação de políticas públicas para controle do morbo, um tipo de zoonose. Entre os convidados estão representantes do Ministério da Agricultura.

CE Doenças raras

8h30 Seminário A Voz dos Pacientes com Doenças Raras.

MP 693 Olimpíadas

9h30 Votação do relatório da Medida Provisória 693/2015, que concede isenção de tributos para empresas responsáveis pelo fornecimento de energia nos locais dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.

MP 703 Acordos de leniência

9h30 Eleição de presidente e vice-presidente da comissão responsável pela Medida Provisória 703/2015, que trata dos acordos de leniência.

MP 704 Dívida pública

9h40 Eleição de presidente e vice-presidente da comissão responsável pela Medida Provisória 704/2015, que dispõe sobre pagamento da dívida pública federal.

MP 705 Educação infantil

9h50 Eleição de presidente e vice-presidente da comissão responsável pela Medida Provisória 705/2015, que aborda o apoio da União aos municípios e ao Distrito Federal para a ampliação da oferta da educação infantil.

MP 706 Energia elétrica

10h Eleição de presidente e vice-presidente da comissão responsável pela Medida Provisória 706/2015, que trata das concessões de geração e distribuição de energia elétrica.

CRE Venezuela

10h Audiência sobre a situação política e econômica na Venezuela, com participação do deputado venezuelano Luis Florido.

JURISTAS Lei do Desporto

10h Comissão de juristas debate questões ligadas à ordem econômica, à tributação no esporte, à gestão corporativa e à responsabilidade dos dirigentes.

PROCURADORIA DA MULHER Ensino

10h Audiência sobre a educação inclusiva para o autismo e a síndrome de Down.

MP 707 Caminhões

10h10 Eleição de presidente e vice da comissão responsável pela Medida Provisória 707/2015, que prorroga prazo para refinanciamento de empréstimos para aquisição de caminhões.

MP 708 Rodovias federais

10h20 Eleição de presidente e vice da comissão responsável pela MP 708/2015, que autoriza a União a reincorporar trechos de rodovias federais transferidos aos estados e ao Distrito Federal.

MP 712 Mosquito e doenças

10h30 Eleição de presidente e vice da comissão responsável pela Medida Provisória 712/2016, que dispõe sobre medidas de vigilância em saúde relacionadas ao mosquito transmissor da dengue, da chicungunha e da zika.

PLENÁRIO Debate sobre zika

11h Sessão temática para debater a epidemia do vírus Zika no Brasil. Às 14h, sessão deliberativa.

PRESIDÊNCIA Posse no TST

11h Renan Calheiros preside sessão temática no Plenário. Às 16h, posse dos novos dirigentes do Tribunal Superior do Trabalho. Em seguida, preside a ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** senado.leg.br/tv

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das **10h**, **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aprovada nova regra para Petrobras no pré-sal

De acordo com projeto, que agora vai para a Câmara, estatal não estará mais obrigada a participar de todas as operações de exploração do petróleo em águas profundas

O FIM DA participação obrigatória da Petrobras na exploração do petróleo da camada pré-sal foi aprovado ontem no Plenário do Senado e agora vai para a Câmara dos Deputados.

Por 40 votos favoráveis, 26 votos contrários e 2 abstenções, o que passou foi o substitutivo de Romero Jucá (PMDB-RR), resultado de um acordo do PSDB com parte do PMDB. O projeto original é de José Serra (PSDB-SP).

Pelo substitutivo, caberá ao Conselho Nacional de Política Energética oferecer à Petrobras a exploração mínima de 30% em cada campo, e a empresa se manifestará se aceita ou não a responsabilidade.

Pela lei atual, de 2010, a Petrobras deve atuar como operadora única dos campos do pré-sal com uma participação de pelo menos 30%, além de ser a empresa responsável pela condução e pela execução direta ou indireta de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção. O texto de Serra propõe o fim da exclusividade sem retirar a preferência da estatal.

O senador argumenta que o projeto alivia a Petrobras de uma obrigação com a qual ela não pode mais arcar, por não ter condições de investimento. Ele destacou as dificuldades financeiras da empresa, com uma dívida de R\$ 500 bilhões, e afirmou que o objetivo é fortalecer a Petrobras.

— A única coisa que o projeto faz é tirar a obrigatoriedade de

a empresa ter que investir em cada poço do pré-sal. Mais ainda, com 30%. Ninguém está entregando nada. Ninguém está levando nada embora. Tudo continua nas mãos do poder público. Apenas a Petrobras não é obrigada a investir. Se ela quiser, em um mês manifesta sua intenção e controlará o poço — explicou.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a mudança atende o interesse nacional com o propósito de atrair investimento. Ele cumprimentou o autor da proposta por aceitar as sugestões apresentadas, inclusive do governo.

Competitividade

As divergências dos senadores sobre a proposta foram discutidas por seis horas.

Entre os defensores do projeto, José Agripino (DEM-RN) destacou a necessidade de estímulos à competitividade da Petrobras, que domina a tecnologia da exploração de petróleo e gás em águas profundas.

— Aí você obriga a Petrobras a participar de tudo, do bom, do médio e do ruim, quando ela pode, com seu capital, participar só do bom. O projeto libera a Petrobras. Ela precisa é da oportunidade de ver a sua expertise valorizada — disse.

Lúcia Vânia (PSB-GO) considera que o projeto reverte um marco regulatório “equivocado e obsoleto”, além de produzir um impacto positivo sobre a confiança dos investidores em



Romero Jucá, Fátima Bezerra e Vanessa Grazziotin durante a votação no Plenário

relação à economia brasileira.

Pelo PSDB, Cássio Cunha Lima (PB) prevê o aumento da geração de empregos e de arrecadação, com o pagamento de royalties.

Aécio Neves (PSDB-MG) também entende que a mudança na participação da Petrobras vai permitir o reaquecimento do setor, sem alteração no modelo de partilha e nas prerrogativas da União.

— A Petrobras continua podendo participar de qualquer

leilão no modelo de partilha, bem como continua operadora. O projeto só retira da empresa o ônus e dá o bônus da escolha.

Soberania nacional

Para os opositores da proposta, a iniciativa de acelerar os leilões é um risco à soberania nacional, inoportuna e prejudicial à Petrobras.

No entendimento de Lindbergh Farias (PT-RJ), não é o momento ideal para uma mudança na lei.

Roberto Requião (PMDB-PR) diz acreditar na capacidade técnica de recuperação da empresa e voltou a apontar causas geopolíticas internacionais para a baixa no preço do barril de petróleo. Segundo ele, o projeto “não tem sentido” e não haverá investimento estrangeiro, mas apenas a entrega das reservas para as multinacionais.

— É um projeto que quebra a Petrobras, porque, sem o pré-sal, ela não sobrevive à crise, que pode ser ultrapassada rapidamente. Sobe o preço do petróleo, vai para o patamar dos US\$ 80 e está tudo resolvido.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a ampliação da exploração dos campos já concedidos. Ela discorda da alegação de que a Petrobras está falida. Segundo ela, a empresa teve lucro operacional graças à exploração do pré-sal, que representa 40% da produção total.

— Só há um objetivo [no projeto]: pressionar um governo que está fraco a fazer um leilão em que a Petrobras não vai poder entrar e eles [multinacionais] vão entrar e pagar um preço de banana. Abriremos uma pressão como nunca vimos das multinacionais para que haja leilão.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), lembrou que a velocidade dos leilões vai depender do Conselho Nacional de Política Energética, o que tornaria a lei inócua.

(Com Agência Brasil)

Regulamentação de serviços funerários ganha urgência

Ganhou urgência ontem para votação em Plenário proposta que define normas para comercialização de planos de assistência funerária.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 50/2014, recém-aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), estabelece regras para a fiscalização das empresas que atuam no setor.

Apesar de bastante difundidos, esses planos são vendidos sem a existência de norma específica, estando sujeitos a regras gerais do Código de Defesa do Consumidor (CDC — Lei 8.078/1990).

Pelo texto em discussão no Senado, os planos devem apresentar contrato com descrição detalhada dos serviços a serem prestados, que podem incluir atendimento funerário, organização de homenagens póstumas, cerimonial e traslados, entre outros. Também deve constar do contrato de prestação de serviços o valor

a ser pago e o número de parcelas de pagamento, incluindo forma de reajuste, condições para cancelamento, suspensão e tempo de carência.

O projeto, que teve relatório favorável de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), determina ainda que as entidades privadas que comercializem os planos ficarão sujeitas à fiscalização dos Procons.

Esses órgãos de defesa do consumidor definirão os procedimentos a serem seguidos,

inclusive o valor das multas pelo descumprimento das obrigações legais a que estejam obrigadas as empresas.

Mulheres

O Plenário também aprovou sessão especial para homenagear a ONU Mulheres. A entidade foi criada em 2010 para promover a igualdade de gênero. Por iniciativa de Hélio José (PMB-DF), a sessão foi marcada para o dia 28 de março, às 11h.



Plenário votará projeto que dá aos Procons responsabilidade de fiscalizar setor



Aloysio (D) acompanha os parlamentares venezuelanos na sessão plenária

Deputados da oposição venezuelana são recebidos no Plenário do Senado

Os deputados venezuelanos Luis Florido e Williams Dávila foram recebidos em Plenário ontem. Hoje, às 10h, eles participam de audiência na Comissão de Relações Exteriores (CRE) sobre a situação política e econômica do país vizinho.

Os dois se opõem ao governo Nicolás Maduro. A oposição passou a ser maioria na Assembleia Nacional da Venezuela, com 112 das 167

cadeiras, após as eleições de dezembro.

— São representantes da nova maioria, que se compôs depois de estrondosa vitória das forças democráticas. E têm muito a dizer para estreitar o diálogo entre aquele país e o Senado — disse Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), presidente da CRE.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Plenário votará mandato de 10 anos para ministro do STF

Aprovada ontem na CCJ, proposta de emenda à Constituição também modifica processo de escolha: o presidente da República escolheria o indicado a partir de lista tríplice elaborada por um colegiado

PROPOSTA DE EMENDA à Constituição que estabelece mandato de 10 anos para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. A proposta (PEC 35/2015) também modifica o processo de escolha do indicado para a função e o torna inelegível para cargo eletivo pelo prazo de cinco anos após o término do mandato. O texto vai para o Plenário.

A PEC foi apresentada por Lasier Martins (PDT-RS), para quem a atual vitaliciedade do cargo pode trazer “riscos à estabilidade institucional”. O senador também criticou o processo adotado na indicação para o STF, da alçada exclusiva do presidente da República:

— Hoje um Poder depende do outro para a formação de quadros e isso tem levado a aberrações. O Judiciário às vezes aguarda meses, como aconteceu com a aposentadoria do ex-ministro Joaquim Barbosa, quando o cargo ficou vago por nove meses. A Presidência da República indica quando quer e quem quer, e isso é absurdo — protestou.

A proposta mantém algumas das exigências para a função — ter mais de 35 e menos de 65 anos, notável saber jurídico



Anastasia é favorável à proposta de Lasier, que aponta riscos no atual modelo

e reputação ilibada —, mas acrescenta a necessidade de comprovação de pelo menos 15 anos de atividade jurídica.

Colegiado

Pelo texto da PEC, o presidente da República vai continuar a escolher os ministros do STF. Mas a partir de uma lista tríplice, elaborada por um colegiado. Esse colegiado deverá ter sete membros: os presidentes do STF, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, do Superior Tribunal Militar e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), além do procurador-geral da República e do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Outra providência é exigir que a escolha presidencial aconteça no prazo de um mês do surgimento da vaga. O indicado continuará a ser sabatinado pelo Senado para ser confirmado para o cargo.

Para o relator da PEC, Antonio Anastasia (PSDB-MG), a mudança é adequada. Apesar de concordar com a proposta, ele apresentou emenda para excluir o presidente do Tribunal de Contas da União do colegiado responsável pela lista tríplice, sugerindo substituí-lo pelo presidente do TSE.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse divergir da proposta e prometeu apresentar seus argumentos na discussão do texto em Plenário.

Proposta quer evitar influência política em fundos de pensão

Aécio Neves (PSDB-MG) apresentou ontem à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) relatório favorável a proposta que visa eliminar a influência político-partidária na indicação de dirigentes e conselheiros de fundos de pensão públicos. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 388/2015 — Complementar, de Paulo Bauer (PSDB-SC), recebeu emenda substitutiva do relator e deve retornar à pauta da comissão na próxima reunião.

No relatório, Aécio diz que a proposta busca “fechar as lacunas mais óbvias” da Lei Complementar 108/2001, que regula as entidades públicas de previdência complementar, trazendo para a legislação de fundos de pensão elementos da legislação das sociedades anônimas que possam balizar a governança dos fundos de previdência das estatais e proteger o direito do trabalhador aos recursos por ele poupados. “A proteção desses direitos contra interesses político-partidários não tem preço”, destaca.

Assim como o autor, o relator concluiu que episódios de corrupção e prejuízos impostos a beneficiários de fundos de pensão públicos exigem a revisão imediata da Lei Complementar 108/2001. Ambos responsabilizam a ingerência política pela escolha de dirigentes e conselheiros sem preparo e pouco

comprometidos.

Aécio explicou ter amparado seu substitutivo no *Manual de Boas Práticas de Governança da Previc* (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), sugerindo medidas saneadoras destinadas, especialmente, a conselhos deliberativo e fiscal dos fundos de pensão.

Processo seletivo

O texto prevê a participação de membros independentes nos dois conselhos, escolhidos em processo seletivo conduzido por empresa especializada em recrutamento.

Alguns impedimentos são estabelecidos para os conselheiros. Além da proibição do exercício de atividade político-partidária nos dois anos anteriores à nomeação, não se admite o exercício de cargo comissionado de direção e assessoramento superior no governo controlador do fundo nos últimos 24 meses.

O substitutivo também caracteriza o exercício abusivo das funções de administração dos fundos. Seria enquadrada nessa prática ação que traga danos à entidade de previdência, a seus participantes e assistidos e à patrocinadora.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) solicitou vista, transformada em vista coletiva a pedido de outros integrantes da CCJ, o que permitirá a votação na próxima reunião da comissão.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Randolfe destaca em relatório que falta orçamento para cumprir metas

Governo continua a negligenciar o saneamento, conclui comissão

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem o relatório elaborado por Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que avaliou o Plano Nacional de Saneamento Básico. Essa política pública do governo federal foi uma das escolhidas para ser fiscalizada pela CDR em 2015.

O senador destacou o fato de o próprio Ministério das Cidades admitir que a meta de universalizar o saneamento básico para toda a população até 2033 não será alcançada.

— No Centro-Oeste e na Amazônia o índice de de-

sabastecimento em várias cidades beira os 100%. Em Macapá, 90% da população não tem saneamento — disse.

Randolfe chamou o plano de “irreal” e afirmou que o tema não é prioridade do poder público.

— Como executar um planejamento se não há recursos no Orçamento com esse fim? O plano caminha para o fracasso total, e isso tem tudo a ver com a epidemia do *Aedes aegypti* sem controle.

Simone Tebet (PMDB-MS) considerou o plano “inexequível” e disse que o governo deve rever as metas.

Ação cultural de apoio ao turismo pode ter recursos

Apresentações artístico-culturais em apoio à promoção de destinos e produtos turísticos brasileiros poderão receber recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). É o que prevê o Projeto de Lei da Câmara 177/2015, aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A proposta se-

gue para análise da Comissão de Educação e Cultura.

O texto determina que ações não previstas no Pronac, mas consideradas relevantes pelo ministro da Cultura, poderão ser apoiadas, desde que consultada a Comissão Nacional de Apoio à Cultura.

O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), destaca que tam-

bém será necessária a anuência do órgão responsável pela política de turismo nacional:

— O turismo tem enorme capacidade de criação de postos de trabalho, geração de renda, é estratégico. E nosso potencial cultural serve como atração, faz sentido que as atividades culturais sejam incentivadas com o turismo — afirma.

Parecer rejeita reserva de fundo para Entorno do DF

Na reunião de ontem da CDR, José Medeiros (PPS-MT) apresentou parecer pela rejeição de projeto que reserva para programas de desenvolvimento da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride) 10% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). O projeto (PLS 163/2015) é de Ronaldo Caiado (DEM-GO).

Como não havia quórum para a análise da proposta, que tramita em decisão final, o presidente da CDR, Davi Alcolumbre (DEM-AP), optou por manter aberta a discussão, para

votação na próxima semana.

Medeiros lembrou que o projeto já recebeu parecer pela rejeição na Comissão de Assuntos Econômicos. Hélio José (PMB-DF) também defendeu a rejeição, dizendo que o governo do Distrito Federal já sofre com restrições orçamentárias: — Lidamos com a assistência em diversas áreas para toda a população do Entorno, e a proposta, na prática, vai limitar ainda mais a capacidade do GDF de executar políticas públicas com eficiência.

Na justificativa, Caiado lembra que o DF tem um fundo próprio (o Fundo Constitucio-

nal do Distrito Federal) e um percentual do próprio FCO.

— Com todos esses recursos, não fez investimentos que pudessem trazer desenvolvimento para a região do Entorno, deixando os municípios desguarnecidos — defende.

Com o objetivo de instruir o PLC 102/2015, que inclui mais municípios de Goiás e Minas Gerais na Ride, a comissão aprovou audiência pública com os governadores do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg (PSB); de Goiás, Marconi Perillo (PSDB); e de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT).

Acir Gurgacz reconhece a existência de pedaladas fiscais, mas entende que elas não configuram crime e que o governo incorreu apenas em “inadimplência momentânea”

Relator aprova contas de 2014 com ressalvas

O SENADOR ACIR Gurgacz (PDT-RO) manteve a aprovação com ressalvas das contas presidenciais de 2014 no relatório final entregue ontem à Comissão Mista de Orçamento (CMO). O próximo passo é a votação do relatório pelo Plenário da CMO, que deverá acontecer na próxima semana.

O relator reconhece a existência das pedaladas fiscais, mas, na avaliação dele, elas configuraram apenas “inadimplência momentânea”, já corrigida, e não crime. Gurgacz recomenda, no entanto, o aperfeiçoamento da gestão fiscal e da transparência do Executivo, de modo a evitar a repetição da prática. O cumprimento será verificado na análise das contas do governo federal de 2016, segundo o texto.

As nove emendas apresentadas foram rejeitadas pelo relator. Algumas modificavam a conclusão final do relatório, determinando a reprovação das contas da presidente Dilma Rousseff em 2014, conforme recomendação do



Gurgacz (E), Paulo Bauer e Rose de Freitas: votação do relatório deve acontecer na próxima semana

Tribunal de Contas da União (TCU). Outras mantinham a aprovação, mas criavam novas ressalvas que o relator considerou impertinentes, como transparência de estatais ou relação com outros Poderes que não o Executivo.

Duas emendas foram rejeitadas por inadmissibilidade: uma que antecipava a verificação das recomendações para a análise das contas de 2015, considerada como efeito retroativo a um exercício já encerrado; e outra que dizia que o não

cumprimento das ressalvas implicaria crime de responsabilidade, o que, para o relator, criaria uma nova modalidade de infração.

Votação

O relatório não foi formalmente apresentado à CMO em razão do cancelamento da reunião de ontem, mas já está disponível para os parlamentares. A intenção da presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), é fazer a votação já na quarta-feira, mas a data ainda não é definitiva. O prazo final para a decisão da comissão é o dia 6 de março.

Antes da votação do texto de Acir Gurgacz, a CMO deve ouvir o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, e o ministro do TCU, Augusto Nardes, autor do relatório que culminou na rejeição das contas pelo tribunal. O encontro deve acontecer na terça-feira, a depender das agendas de Adams e Nardes.

Avança proposta que limita poder da União sobre IPI

A União poderá perder a capacidade de aumentar ou reduzir, livremente, as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). É o que pretende a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2015, de Tasso Jereissati (PSDB-CE), aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A intenção é submeter ao

Senado qualquer proposta do Poder Executivo que mude a alíquota do tributo. Assim, a medida só passará a valer se aprovada por maioria absoluta dos senadores. Outra providência é exigir que estados, Distrito Federal e municípios sejam compensados financeiramente pela União caso haja redução na arrecadação do IPI.

Para Jereissati, é urgente

limitar o grau de discricionariedade do Poder Executivo quanto à alteração, por decreto, de alíquotas do IPI. Segundo a Consultoria Legislativa do Senado, a perda de arrecadação do imposto incidente sobre material de construção, móveis, linha branca e veículos, beneficiados com redução de alíquota, chegou a R\$ 32,5 bilhões entre 2010 e 2014. Desse total, R\$ 15,9 bilhões caberiam aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e dos Municípios (FPM).

“Somos pela aprovação da PEC, porque protege tanto os contribuintes quanto estados, DF e municípios dos efeitos da caneta presidencial sobre as alíquotas do IPI”, ressaltou o relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), no parecer.

A PEC segue agora para votação no Plenário.

Controle interno poderá ser assegurado pela Constituição

As atividades de controle interno da administração pública poderão ganhar respaldo constitucional com a PEC 45/2009, que deverá retornar ao Plenário após a decisão da CCJ de aceitar uma emenda que havia sido apresentada pelo senador Luiz Henrique da Silveira (1940-2015).

Apresentada em 2009 pelo então senador Renato Casagrande, a proposta incorpora à Constituição o trabalho desempenhado por órgãos como ouvidoria, controladoria e auditoria. Agora, a matéria será votada em dois turnos pelo Plenário. Se aprovada, seguirá para a Câmara dos Deputados.

Pela proposta de emenda

à Constituição, o controle interno será desempenhado por órgãos de natureza permanente e exercido por servidores organizados em carreiras específicas. A emenda acolhida prevê que a atividade será exercida também por militares, devidamente habilitados para exercer a atividade, nas unidades de controle interno dos comandos militares.

A PEC foi aprovada na CCJ em maio de 2012, tendo o então senador Inácio Arruda como relator. Quando chegou ao Plenário, recebeu duas emendas: uma foi acolhida ontem e a outra, do senador Sérgio Petecão (PSD-AC), foi rejeitada.

Marcos Oliveira/Agência Senado



José Maranhão, presidente da CCJ (D): Senado quer votar mudança em alíquota

Regras para empresas juniores vão a Plenário

A CCJ também aprovou ontem três emendas da Câmara dos Deputados ao projeto de lei (PLS 437/2012) do senador José Agripino (DEM-RN) que regulamenta a criação e a organização de empresas juniores junto a instituições de ensino superior. As emendas já tinham sido aprovadas, no final de 2015, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e agora a relatora na CCJ, senadora Ana Amélia (PP-RS), fez a mesma recomendação. O projeto segue para votação em regime de urgência no Plenário do Senado.

Enquanto as duas primeiras emendas promovem apenas mudanças de redação, a ter-

ceira disciplina o processo de reconhecimento das empresas juniores pelas universidades. Nesse ponto, estabelece uma série de requisitos para a elaboração e a aprovação do plano acadêmico, além de instituir parâmetros para o desempenho de atividades de empreendedorismo.

— Essa emenda autoriza as universidades a ceder, gratuitamente, espaço físico, que servirá de sede para as atividades geridas pelos estudantes empresários juniores — explicou Ana Amélia.

Ainda pela emenda, as atividades das empresas juniores serão inseridas no conteúdo acadêmico das universida-

des preferencialmente como atividade de extensão.

Os senadores Eunício Oliveira (PMDB-CE), Antonio Anastasia (PSDB-MG), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Simone Tebet (PMDB-MS) elogiaram não só o projeto, mas também reconheceram a luta de seu autor em defesa do empreendedorismo no Brasil.

Agripino ressaltou a relevância da aprovação do projeto em meio à recessão vivida pelo país. E chamou a atenção para a oportunidade gerada pela iniciativa de oferecer aos jovens universitários treinamento empresarial em conjunto com a atividade acadêmica.

Regulamentação de parceria em salão de beleza passa em comissão

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem projeto de lei que regulamenta contratos de parceria entre salões de beleza e profissionais que atuam nesses estabelecimentos. O PLC 133/2015 abrange cabeleireiros, barbeiros, maquiadores, esteticistas, manicures e pedicures.

A relatora, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), esclareceu que o exercício profissional nos salões de beleza ainda não se encontra bem regulamentado no país. Hoje os trabalhadores devem ser contratados como empregados, com carteira assinada, obedecendo à legislação da

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Apesar disso, a senadora observou que há alto índice de informalidade no setor.

Marta acredita que o formato de parceria, que já é frequente, garante maior segurança jurídica tanto aos profissionais quanto às empresas. Segundo ela, o projeto é bem visto pelos profissionais da área, que consideram que a CLT restringe o mercado de trabalho, pelos custos embutidos na contratação.

“Mais ainda: para os defensores do projeto, o trabalhador é incentivado a produzir mais e ganhar mais, pois receberá de acordo com o volume de trabalho”, defendeu.

CPI recebe denúncia de próteses desviadas no RJ

Acusação foi feita ontem pelo deputado federal Dr. João na comissão que investiga irregularidades em tratamentos com esse tipo de equipamento. CPI semelhante na Câmara indiciou dez pessoas

A CPI DAS Próteses ouviu ontem o deputado Dr. João (PR-RJ), que foi vice-presidente da comissão que funcionou na Câmara com o mesmo objetivo: investigar irregularidades em tratamentos com implante de próteses e órteses.

O deputado disse que, apesar de as primeiras denúncias sobre a máfia das próteses terem surgido no Rio Grande do Sul, a maior parte das irregularidades foi encontrada no Rio de Janeiro. Segundo Dr. João, entre 2012 e 2013, várias próteses vasculares foram retiradas de hospitais públicos do Rio de Janeiro sem comprovação de destino. No mesmo período, 98% das próteses

mamárias saíram também sem essa documentação.

— Enquanto mulheres estão aguardando reconstrução mamária nos hospitais públicos, muitas próteses foram desviadas — afirmou.

Ele lamentou o fato de a CPI na Câmara não ter sido prorrogada e disse que muitos convocados conseguiram não depor por força política. O deputado lembrou que a CPI apurou ainda que, em muitos casos, foram feitas cirurgias desnecessárias com o intuito de cobrar valores abusivos pelos dispositivos implantáveis.

Como ponto positivo da ação da CPI, o deputado citou que as cirurgias ortopédicas

consideradas desnecessárias caíram mais de 50%.

O relatório final da CPI da Máfia das Órteses e Próteses da Câmara pediu o indiciamento de dez pessoas envolvidas em irregularidades: médicos, empresários, vendedores e uma advogada. Também foi pedido o indiciamento de 16 empresas do setor, para que órgãos como Polícia Federal e Ministério Público dessem prosseguimento à investigação.

Crise

O presidente da CPI das Próteses do Senado, Magno Malta (PR-ES), pediu o nome dos convocados que não depuseram na CPI da Câmara. O senador disse que vai tentar a convocação dessas pessoas para a CPI do Senado.

Malta afirmou que uma CPI precisa ter uma proposta clara a apresentar para a sociedade antes de encerrar as atividades. Ele ainda lamentou a situação de crise que o Brasil atravessa, que pode piorar a situação da saúde pública.

A CPI do Senado tem até 15 de agosto para concluir os trabalhos.



Malta quer convocar quem não depôs na Câmara, após denúncia de Dr. João

Auxiliar automutilação infantil pode virar crime

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem projeto que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para tipificar o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente. Uma emenda incorporada ao texto determina pena de um a dois anos de reclusão para o caso de a lesão corporal se consumir.

Ainda nos termos da emenda, se o ato resultar em lesão corporal grave à vítima, a pena será de um a três anos de reclusão. Em caso de morte, o condenado pelo crime res-

ponderá com penas de dois a seis anos de reclusão.

O autor da proposta, Ciro Nogueira (PP-PI), ressalta o crescimento do número de grupos, nas redes sociais, que incentivam e estimulam a prática da automutilação entre crianças e adolescentes. Para serem aceitos, esses jovens precisam lesionar o próprio corpo e divulgar o resultado por meio de fotos ou vídeos. Para o senador, a criminalização dessa prática desestimulará o surgimento dos grupos.

Nos termos da proposta, será punido com prisão quem induzir ou instigar criança ou

adolescente a ofender a integridade corporal ou a saúde, ou prestar auxílio para que o faça, inclusive por meio de salas de bate-papo na internet. A pena será aumentada se do crime resultar lesão corporal ou morte.

Para Ana Amélia (PP-RS), o texto inova no campo penal porque a atual legislação somente trata da penalização ao induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio e ao incitamento ao crime.

A proposta segue agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

Instaladas nove comissões mistas para análise de MPs

O Congresso instalou ontem nove comissões mistas para análise preliminar de medidas provisórias. A da MP 700/2015, que altera regras de desapropriação de imóveis por utilidade pública, elegeu como presidente o senador Telmário Mota (PDT-RR) e como vice-presidente o deputado Julio Lopes (PP-RJ). A da MP 701/2015, que trata do Seguro de Crédito à Exportação

(SCE), elegeu como presidente o deputado Sergio Souza (PMDB-PR) e como vice-presidente a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). As comissões mistas das MPs 703, 704, 705, 706, 707 e 708, todas de 2015, e da 712/2016 devem eleger os dirigentes hoje, a partir das 9h30, na sala 2 da Ala Nilo Coelho.

Veja os temas e prazos das MPs
<http://bit.ly/MPs24fev>

Uso obrigatório de farol baixo nas rodovias de dia vai a votação final

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 156/2015, que torna obrigatório o uso de farol baixo, durante o dia, nas rodovias. A proposta ainda será votada pelo Plenário do Senado.

A justificação do projeto aponta a pouca visibilidade como uma das principais causas de acidentes de trânsito nas rodovias. Na opinião do relator, José Medeiros (PPS-MT), o projeto tem o mérito de “buscar um trânsito mais seguro.”

“Trata-se da imposição de

um procedimento bastante simples e de baixo custo que poderá aumentar a segurança nas estradas e assim contribuir para a redução da ocorrência de acidentes frontais nas rodovias e, consequentemente, salvar inúmeras vidas”, avalia o senador.

Por consenso, a CCJ decidiu arquivar um outro projeto (PLS 55/2015), que propunha alternativa à redução da maioria penal. Para os integrantes da comissão, a sugestão já está no PLS 333/2015, aprovada pelo Senado no final de 2015 e agora sob análise da Câmara.

Proposta acelera tramitação de processos sobre crimes hediondos

Projeto que garante prioridade de tramitação, em todas as instâncias, a processos que apurem a prática de crime hediondo foi aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta (PLC 20/2014) recebeu parecer favorável do relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), e segue para votação no Plenário do Senado.

Segundo ponderou Valadares, não adianta agravar as penas dos crimes hediondos se o processo não anda e, assim, a condenação custa a se efetivar.

O PLC 20/2014 foi apresentado pela deputada Keiko Ota (PSB-SP), mãe do menino Ives, sequestrado e morto no mesmo dia, em 1997, após reconhecer um dos sequestradores. Para ela, a demora no julgamento de crimes de natureza gravíssima geram na sociedade uma sensação de impunidade e de descrença em relação ao Judiciário.

“Se o tempo acaba por amenizar a angústia e a revolta da sociedade, é certo que a aplicação imediata da lei faz com que ela se sinta protegida”, sustenta a deputada na justificativa da proposta.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Grupo de senadores e deputados decidiu ontem em debate no Senado negociar com o MEC o fortalecimento de programa de incentivo à docência que sofre ameaça de cortes

Formação de professor tem apoio do Congresso

PREOCUPADO COM O corte de recursos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), um grupo de senadores e deputados deverá se reunir na terça-feira com dirigentes do Ministério da Educação (MEC). Os parlamentares vão entregar um manifesto com 100 mil assinaturas pedindo o fortalecimento do programa.

A mobilização foi anunciada ontem durante debate na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado.

— Qualquer adequação ou ajuste no Pibid deve ser feito em diálogo com as universidades e com a coordenação do programa — disse a vice-presidente da CE, Fátima Bezerra (PT-RN).

O Pibid oferece bolsas para que alunos de licenciatura atuem dentro das escolas públicas, com a orientação de um docente, de forma a fortalecer a formação dos futuros professores e incentivá-los a lecionar no ensino básico.

O programa prevê bolsas mensais de R\$ 400 para estudantes de licenciatura, R\$ 765

para professores supervisores e R\$ 1.400 para coordenadores.

Há cerca de 90 mil bolsistas fazendo estágio em 5,8 mil escolas públicas. No entanto, medida adotada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) impede a renovação de bolsas que vencem na próxima semana, levando ao corte de 45 mil bolsas, como alertou Alessandra Assis, presidente do Fórum Nacional do Pibid.

O secretário de Educação Superior do MEC, Jesualdo Farias, afirmou que o governo não tem intenção de reduzir o programa, mas de redirecionar o foco para escolas cujos estudantes obtiverem notas mais baixas nas avaliações do ministério. Ele anunciou a suspensão da medida que impede a renovação das bolsas.

A diretora de Formação de Professores da Educação Básica da Capes, Irene Cazorla, reiterou o compromisso de investir na formação de professores para escolas municipais.

O debate foi acompanhado por cerca de 250 professores e bolsistas do Pibid.



Senadora Fátima Bezerra (4ª à esq.) preside audiência que foi acompanhada por cerca de 250 professores e bolsistas

— Como é possível os cortes atingirem uma área prioritária, especialmente para esse governo que tem como slogan “pátria educadora”? — disse Romário (PSB-RJ), presidente da CE.

O programa recebeu apoio de todos os senadores que participaram do debate, como Gleisi Hoffmann (PT-PR), Dalírio Beber (PSDB-SC), Donizeti Nogueira (PT-TO), Ângela Portela (PT-RR), Blairo Maggi (PR-MT) e João Capiberibe (PSB-AP).

Para Ângela, ajuste fiscal do governo não pode prejudicar setores como a educação

A situação do Pibid também foi o tema de pronunciamento feito ontem por Ângela Portela (PT-RR).

Na opinião da senadora, o ajuste fiscal não pode afetar setores sensíveis à sociedade, como a educação.

— A nossa bancada deu apoio e se manifestou pelo



entendimento, pela busca de uma solução para aprimoramento do Pibid, não pela sua extinção — informou.

Ela lembrou que atrasos no repasse dos recursos para o programa e mesmo o anúncio de cortes têm deixado os envolvidos inseguros quanto à continuidade da iniciativa.

Educadores pedem base curricular clara e específica

A proposta do Ministério da Educação para a Base Nacional Comum Curricular (BNC) ainda precisa especificar, com clareza, qual o tipo de formação que o país quer e os objetivos da aprendizagem a serem considerados por professores e coordenadores na montagem dos projetos pedagógicos, disseram os participantes de audiência na Comissão de Educação (CE).

Em setembro de 2015, o ministério apresentou a primeira versão da BNC, em que propõe a unificação das bases dos ensinos infantil, fundamental e médio em todo o país. O documento está aberto à consulta pública na internet (basenacionalcomum.mec.gov.br) até 15 de março. Depois, será avaliado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

José Fernandes de Lima, conselheiro do CNE, explicou que já há conteúdo sobre o tema previsto na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Segundo ele, isso deverá ser levado em consideração na análise do documento.

O secretário de Educação do estado do Rio de Janeiro, Antonio Neto, defendeu que a BNC busque atingir a formação integral do indivíduo, com inovação na educação básica.

— Os objetivos de aprendizagem não estão coerentes e



Fernando Bezerra Coelho (4ª à esq.) comanda debate na Comissão de Educação

coesos na proposta do MEC. A base curricular deve ser organizada com o aluno como o centro, e não os conteúdos.

Alessio Costa, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), disse que a BNC deve “corrigir uma distorção”: hoje o conteúdo cobrado em processos de avaliação — como a Prova Brasil, a Avaliação Nacional da Alfabetização e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) — dita os currículos escolares, e deveria ser o contrário. Para Chico Soares, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a base curricular deve deixar claras as expectativas de aprendizado, para que os processos de avaliação possam ser mudados depois da sua promulgação.

O diretor de Currículos e

Educação Integral do Ministério da Educação, Ítalo Dutra, destacou a disposição da pasta de fazer a negociação da BNC abertamente e com ampla participação da sociedade.

Segundo Cristovam Buarque (PPS-DF), não adianta o país buscar um currículo nacional se o o sistema educacional é municipalizado e desigual.

— São a carreira nacional do professor, a qualidade das edificações e dos equipamentos, o horário integral e o ano letivo sem greves os pontos-chave a serem discutidos.

Para Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), os indicadores não serão mudados sem a formação continuada de professores e sem a federalização da carreira do professor do ensino fundamental. Fátima Bezerra (PT-RN) defendeu um debate cuidadoso da base curricular do ensino médio.

Ajuste na Lei do Voluntariado passa em comissão e vai a Plenário

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem alteração na Lei do Voluntariado (Lei 9.608/1998) para inserir a assistência à pessoa no rol das atividades de entidades públicas ou instituições privadas sem fins lucrativos. A proposta segue agora para análise do Plenário.

O texto aprovado ontem pela CAS foi a emenda da Câmara dos Deputados 4/2015 ao Projeto de Lei do Senado 12/2000, apresentado pela então senadora Luzia Toledo.

A única mudança em relação ao texto que saiu do Senado há 16 anos foi a troca da expressão “assistência à mulher” por “assistência à pessoa”.

O relator da proposta na CAS, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), disse que a nova redação amplia o alcance do projeto original.

Na opinião do senador, o serviço voluntário “contribui para o bem-estar da comunidade” e, assim, é “altamente louvável qualquer tentativa de ampliar o espectro da sua atuação”.

Paulo Paim vai a Sergipe e Alagoas discutir terceirização

Paulo Paim (PT-RS) anunciou que participará de mais dois debates sobre o projeto que altera regras sobre a terceirização do trabalho.

Hoje a discussão será em Aracaju e amanhã, em Maceió. Segundo o senador, estará em debate a não aprovação de mudanças nas leis trabalhistas e previdenciárias, principalmente se forem prejudiciais aos trabalhadores, aposentados e pensionistas.



Ana Amélia aponta medo do brasileiro de perder o emprego

O maior medo do brasileiro hoje é perder o emprego, disse em Plenário a senadora Ana Amélia (PP-RS).

Ela citou pesquisa da Confederação Nacional do Transporte na qual 53,7% dos entrevistados disseram temer ficar desempregados com o desaquecimento da economia.

— O comércio vende menos, a indústria produz menos e o desemprego aumenta — afirmou.



Avança uso do FGTS para gerar energia renovável

Comissão de Infraestrutura aprovou projeto para estimular a instalação de equipamentos de produção energética em residências. Proposta segue para a Comissão de Assuntos Sociais

QUEM UTILIZAR EQUIPAMENTOS para gerar energia a partir de fonte hidráulica, solar, eólica ou de biomassa na residência poderá ter acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), de acordo com projeto aprovado ontem na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O PLS 371/2015, de Ciro Nogueira (PP-PI), estabelece que os recursos poderão ser sacados uma vez para a aquisição e a instalação desses equipamentos. Segundo o senador, o objetivo é estimular a eficiência energética por meio de fontes renováveis. A proposta segue para a análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Para sacar, o interessado precisa comprovar pelo menos três anos com carteira assinada. A casa em que os equipamentos serão instalados tem de ser do beneficiado.

Ciro resalta que, nos últimos anos, o Brasil tem sofrido com o desequilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica, por escassez de chuvas ou por deficiência no planejamento setorial. A solução tem sido acionar as usinas termelétricas, “uma produção mais cara e poluente”, explica.

Eficiência

O senador disse que “alguns setores do governo são contra o acesso ao FGTS para determinadas coisas”.

— Mas esta comissão tem o bom senso de saber que um projeto desses visa gerar energia da forma mais limpa possível, a melhorar a renda dos trabalhadores brasileiros

e, principalmente, a fazer jus a um dinheiro que é dele, do trabalhador — afirmou Ciro.

O relator do projeto, Wilder Moraes (PP-GO), deu parecer favorável e sugeriu apenas aperfeiçoamentos de redação e técnica legislativa.

José Pimentel (PT-CE) afirmou que investir na energia eólica e na energia solar é muito importante principalmente para o Nordeste. O senador disse ainda que o Conselho Curador do FGTS ajudará a solucionar a questão e manifestou o apoio do governo ao projeto.

— Temos poucos mananciais de água que podem gerar energia, mas temos, nessa chamada energia limpa, um potencial muito forte. Hoje o Ceará já produz energia eólica para o seu abastecimento e na proporção do que está sendo investido na região. Logo o Nordeste todo será superavitário na geração de energia — afirmou.

Audiências

A CI aprovou ainda dois requerimentos para a realização de audiências públicas. O primeiro, de Wellington Fagundes (PR-MT), propõe discutir a

concessão da rodovia BR-163, que liga Sinop, em Mato Grosso, a Miritituba, distrito de Itaituba, no Pará, em relação à questão tarifária. Segundo o autor, há informações de equívoco referente à estimativa de tráfego no trecho, o que está elevando os valores na tarifa-teto.

Devem participar da audiência representantes do Ministério dos Transportes, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja).

O segundo requerimento aprovado, de Acir Gurgacz (PDT-RO), pede a realização de audiência sobre a reconstrução da BR-319, no trecho entre Porto Velho e Manaus. Os senadores devem discutir o modelo de rodovia a ser implantado, o processo de licenciamento ambiental e a gestão e a operação da rodovia. Serão convidados representantes do Ibama e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).



Colegiado aprovou ainda debates sobre concessões e obras em rodovias



Proposta permitirá armazenamento e reúso hídrico também em área urbana

Projeto autoriza fornecimento de água de fontes alternativas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto que quebra a exclusividade no abastecimento de água por parte da concessionária pública. O objetivo é permitir que haja, concomitantemente, o fornecimento de água potável por fontes alternativas — reúso, água de chuva e águas residuais, entre outras. A intenção do PLS 51/2015, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), é elevar a disponibilidade hídrica e reduzir o consumo de água potável para fins não potáveis.

A lei atual proíbe a ligação de fontes alternativas de abastecimento de água às instalações prediais urbanas conectadas à rede pública. Cássio pretende não apenas autorizar o uso dessas fontes, como criar normas para regular a prática.

A proposta segue para decisão final da Comissão de Meio Ambiente (CMA). O texto prevê a inclusão do abastecimento de água por fontes alternativas como parte integrante do saneamento básico, podendo ser um serviço prestado de forma particular ou geral (caso em que será considerado serviço público). Em ambos os casos, haverá regulação e fiscalização.

A entidade reguladora deverá ser comunicada da instalação do sistema alternativo e informada, por relatório, das análises sobre a qualidade da água desse sistema.

Sustentabilidade

O projeto também cria exigência para que se estude, quando da elaboração do plano diretor, a viabilidade de se exigirem padrões construtivos sustentáveis a novas edificações, que permitam o abastecimento de água por fontes alternativas. Caso se confirme a viabilidade, deverá haver novas construções com sistemas hidráulicos independentes de água potável e de água não potável (água de reúso e água de chuva).

Para o relator, José Medeiros (PPS-MT), o projeto visa assegurar a salubridade da água aos usuários.

— A atual ausência de regulamentação tem trazido riscos à saúde pública, diante da maior probabilidade de consumo de águas com qualidade imprópria. Importante, assim, a exigência de que as instalações hidráulicas das fontes alternativas de água sejam independentes, para que não se misturem águas potáveis e não potáveis — elogiou.

Comissão cobra adoção de medidas em Mariana

Ministros e dirigentes de órgãos de alto escalão do governo federal devem ser solicitados a informar ao Senado as medidas punitivas ou de controle frente ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, deve explicar, por exemplo, se o órgão já bloqueou as contas da empresa Samarco, conforme determinação da Justiça de Minas Gerais.

Os requerimentos foram aprovados pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), por solicitação de Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Agora as proposições serão encaminhadas ao Plenário.

Os Ministérios da Justiça

e do Meio Ambiente estão entre os órgãos que podem ser convidados a prestar esclarecimentos.

Nos requerimentos, Randolfe indaga se punições já foram aplicadas à Samarco, que implantou e utilizava a barragem para depósitos de rejeitos da atividade mineradora. Outro órgão que deve prestar informações é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Indiciamentos

O autor dos pedidos quer também confirmar se algum dirigente da Samarco já foi indiciado para responder pelo acidente, ocorrido há mais de cem dias. O senador solicita

ainda informações sobre o número de famílias, entre as desabrigadas pelo desastre, que já receberam algum tipo de indenização.

Morte de peixes

A CDH também aprovou um conjunto de pedidos de informação, proposto igualmente por Randolfe, para que autoridades do governo informem sobre providências e medidas punitivas em resposta a três grandes episódios de mortandade de peixes em Ferreira Gomes (AP), a 135 quilômetros de Macapá. O último ocorreu em novembro passado.

Randolfe atribui o problema à instalação de três hidrelétricas no Rio Araguari, o maior do estado.

Raimundo Lira pede rapidez em transposição

Raimundo Lira (PMDB-PB) fez um apelo ao governo federal para que acelere as obras de transposição de águas do Rio São Francisco. A situação, segundo o senador, é difícil porque algumas regiões enfrentam uma grave crise hídrica e a chuva é insuficiente para garantir água até o fim das obras.

— A previsão de chegada à Paraíba e ao Rio Grande do Norte é até o primeiro semestre de 2017, no mais tardar no segundo, mas até lá teremos problemas emergenciais.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Paulo Bauer condena violência contra jornalistas

É assustador que o Brasil seja o quinto país mais perigoso do mundo para jornalistas, disse Paulo Bauer (PSDB-SC). Em 2015, foram 140 atentados, agressões, ameaças e ofensas.

— Segundo a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão [Abert], aqui há mais ataques mortais a esses profissionais que em países em guerra como Líbia, Iêmen e Sudão — afirmou.

O senador pediu que a CCJ designe logo um relator para o PLS 665/2015, de autoria dele, que determina a investigação de crimes contra profissionais da imprensa pela Polícia Federal.